

CORREIO PAULISTANO

POR
RAFAEL CHINAGLIA

Richard Lourenco/Rede Camara SP



Plenário 1º de Maio, local de votações na Câmara de SP

Segunda audiência da LDO 2027 será realizada em junho

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de SP vai promover no início de junho a segunda audiência pública geral para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 da capital paulista. O encontro integra a tramitação do projeto que define as metas e prioridades do orçamento municipal para o próximo ano. A audiência terá como objetivo receber sugestões da população, representantes da sociedade civil e entidades sobre áreas consideradas prioritárias para a cidade. Entre os temas debatidos estão investimentos públicos, despesas da administração municipal e planejamento financeiro da Prefeitura para 2027. A LDO funciona como base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

LDO distribui recursos entre áreas

O texto também orienta a distribuição de recursos entre diferentes áreas da administração pública. Segundo a Câmara, a audiência será aberta ao público e contará com participação presencial e remota. As contribuições apresentadas durante as discussões poderão ser incorporadas ao relatório final do projeto antes da votação em plenário. A Comissão de Finanças é responsável pela análise das propostas orçamentárias do município.

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



No Palácio Anchieta, vereadores aprovaram 2ª votação

Câmara aprova bônus a educadores

Em votação definitiva, a Câmara de São Paulo aprovou o PL 298/2026, que cria o Programa Mais Integração. A proposta tem o objetivo de bonificar funcionários de escolas indiretas e parceiras da rede municipal, conferindo estabilidade institucional ao benefício, hoje regido por decreto. Com 41 votos favoráveis, o texto segue para sanção. O projeto abrange trabalhadores de CEIs, CECIs e unidades geridas por organizações civis. Não haverá aumento de gastos, pois a verba aprovada já consta no orçamento da Secretaria de Educação.

PSOL e PT cobraram transparência

Bancadas de vereadores do PSOL e do PT apoiaram a medida, mas cobraram transparência no repasse e melhorias na jornada exaustiva dos profissionais. A lei aprovada tem o objetivo de garantir segurança normativa e continuidade à valorização da categoria, assegurando que os recursos cheguem efetivamente aos educadores da rede parceira da cidade de São Paulo.

Sonegação I

Uma operação conjunta entre a Prefeitura de SP e o governo estadual investiga um esquema de sonegação fiscal estimado em R\$ 15 milhões envolvendo estacionamentos da capital paulista. Segundo as autoridades, a suspeita é de que estabelecimentos tenham omitido receitas e deixado de recolher impostos.

Sonegação II

Durante a operação, fiscais realizaram inspeções em diferentes pontos da cidade, além da análise de documentos fiscais, sistemas de cobrança e movimentações financeiras das empresas investigadas. A força-tarefa apura indícios de emissão irregular de notas fiscais e inconsistências entre informações declaradas.

Sonegação III

As receitas declaradas e a movimentação registrada não batiam. Equipamentos eletrônicos e documentos foram recolhidos para perícia. As investigações seguem e novas ações de fiscalização podem ocorrer nas próximas semanas. Os responsáveis poderão responder por crimes contra a ordem tributária.

Mototáxi em SP I

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve as regras de segurança para o transporte de passageiros por motocicletas via aplicativo na capital. A decisão ocorreu após a Uber questionar as exigências municipais. A Procuradoria Geral do Município (PGM/SP) argumentou que a regulamentação visa proteger passageiros, motociclistas e pedestres.

Mototáxi em SP II

O Tribunal suspendeu uma liminar anterior concedida à Uber, validando as exigências de Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP) como essenciais para a segurança viária e da população. A medida reafirma a competência municipal para regulamentar a segurança do serviço de transportes.

Comissão Urbana

Nesta quarta-feira (13), os vereadores da Comissão de Política Urbana deram aval a 10 Projetos de Lei). Entre as propostas apreciadas está o PL 283/2021, que prevê a criação de um Hospital Veterinário Municipal para atender os distritos de Itaim Paulista e São Miguel Paulista, na zona leste da capital paulista.



Vereadores disseram que caso será acompanhado

Explosão no Jaguaré é debate na Câmara

Vereadores defenderam mais investigações técnicas do caso

Da Redação

A explosão registrada na comunidade Nossa Senhora das Virtudes II, no Jaguaré, zona oeste da capital paulista, dominou os debates da sessão plenária da Câmara Municipal de São Paulo nesta terça-feira (12). Vereadores cobraram investigações sobre as causas do acidente, discutiram a responsabilidade das concessionárias envolvidas e pediram apoio emergencial às famílias atingidas pela destruição causada pela explosão seguida de incêndio.

O acidente aconteceu na manhã de segunda-feira (11) e deixou ao menos uma pessoa morta, além de feridos. A explosão destruiu imóveis da comunidade e mobilizou equipes do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e serviços de emergência. Segundo informações apresentadas durante a sessão, cerca de 46 residências foram interditadas após os danos estruturais provocados pelo impacto. Dez imóveis ficaram completamente destruídos.

Durante os discursos, parlamentares relataram preocupação com a situação das famílias que perderam casas, móveis e pertences pessoais. Também houve cobranças para que a Prefeitura amplie o atendimento social e ofereça abrigo, alimentação e assistência às vítimas enquanto a área segue interditada por questões de segurança.

A atuação das concessionárias Sabesp e Comgás também entrou no centro das discussões. Vereadores defenderam investigações técnicas

para identificar se obras ou falhas em tubulações podem ter contribuído para a explosão. Alguns parlamentares pediram transparência nas perícias e a divulgação rápida de laudos oficiais sobre o caso.

O debate incluiu pedidos de fiscalização mais rigorosa em regiões com obras de infraestrutura e redes subterrâneas de gás e água. Parlamentares afirmaram que o episódio acendeu um alerta sobre a segurança em áreas urbanas densamente ocupadas da cidade, especialmente em comunidades vulneráveis.

Além da explosão no Jaguaré, outros temas foram discutidos na sessão desta terça-feira. Entre eles estiveram o reajuste salarial dos servidores municipais, propostas de regularização fundiária e questões relacionadas a reintegrações de posse em bairros da capital. Também houve debates sobre programas federais de renegociação de dívidas e políticas habitacionais.

A Câmara informou que o caso continuará sendo acompanhado pelos vereadores nos próximos dias. A expectativa é de que representantes da Prefeitura e das concessionárias sejam chamados para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias da explosão e as medidas adotadas após o acidente.

As investigações seguem em andamento e a área afetada permanece sob avaliação técnica. Equipes da Defesa Civil monitoram os imóveis atingidos para verificar riscos de novos desabamentos e garantir a segurança dos moradores.